

O SEU DE CADA UM

Telefona e eu ouço

- Olá

É a impressão digital da minha amiga Amélia. Enfim, não digital mas tão singular que bem podia identificá-la substituindo a do B.I. (um documento realmente único e sonoro, algo como a partitura de uma vida).

Quando ouço a voz da Amélia imagino-a logo sentada no gabinete do quarto andar do Palácio da Justiça, ainda de beca no intervalo entre duas audiências. Ou então, já desfardada, com um elegante casaco azul marinho ou uma blusa de seda, em pausa mais repousada para almoço. Imagino-a e antecipo o pedido. Mas não me importo, gosto de lhe retribuir o sorriso e tenho pena de não poder retribuir-lhe os olhos azuis. Como não lhe posso retribuir a cor dos olhos nem os longos minutos de conversa cúmplice, acedo ao pedido. Digo que sim, que escreverei, começando logo mentalmente a fazer contas aos minutos que terei de acrescentar às 24 horas dos dias a seguir. E assim nasceram estas escreveduras na revista.

Assim nasceu esta, precisamente esta que se está a escrever como quem segue um percurso inventado pelos próprios passos. Passos cuidadosos, um pouco assustados pela escuridão que acompanha o percurso, esta dificuldade em inteligir o que estará a tapar o sol. Talvez ramagens densas numa floresta, que ao mesmo tempo são palavras numa língua obscurecida pelo uso. Palavras cujo sentido apenas se encontrará num ponto muito fundo, coberto por camadas e camadas de reiteraões inconsistentes, enfim, de tagarelice. E no entanto há um rio que corre, tranquilo, através da floresta. Tal como há o texto límpido que é possível descobrir se escutarmos o movimento imperceptível em vez de ensurdecermos com o estardalhaço da perturbação.

Por exemplo a palavra Justiça (assim mesmo, com maiúscula e contra os meus hábitos de escrita, só para termos a certeza de que designamos o valor essencial e não a ideia vaga balbuciada por quem teme, nem o capricho vulgarizado por quem se quer fazer temer). Que maltratada tem sido esta palavra. Queixamo-nos amiúde do desgaste da imagem da justiça e não há humorista que não tenha representado a outrora respeitável senhora vestida com andrajos, cabelo em desalinho e venda esburacada. Mas nem nesta expressão - «imagem da justiça» - a palavra se salva da redução ao mero funcionamento do sistema judiciário, com todos os protagonistas a acotovelarem-se uns aos outros no espaço do ecrã (a ver quem fica pior na fotografia), sem que se apele à mínima complexidade nas implicações de sentidos que a palavra reclama.

Quero eu perguntar na minha perplexidade: será que no meio deste ruído frenético, cada vez mais casuístico e tão pouco casual, perdemos de vista o princípio e os fins, a força propulsora do percurso que deve atravessar a própria vida, a noção de rio profundo que só a busca do humano pode alimentar? Andamos para aqui aos tropeções, numa corrida de obstáculos, limitando-nos a contornar ou a empurrar cada um deles, sem desejo de meta? Numa pergunta simples: andamos a perder a bússola do sentido de justiça? Ou alguém tratou de a esconder muito bem escondida para acabar de vez com as ilusões?

Há aquela formulação clássica de Ulpiano: *Justitia est constans et perpetua voluntas suum cuique tribuendi*. É uma formulação bela. Que continua a ser bela, porque o grande desafio que a História nos propôs é o de decidir qual o seu de cada um. Infinito desafio, ainda mais difícil do que demonstrar um teorema matemático, ou não fosse proposto por seres em permanente movimento e em permanente hesitação, acoitados pela finitude. Que continua a ser bela porque todos quantos se empenham neste desafio sabem que o receberam e devem transmiti-lo intacto. E nessa vontade persistente, portadora de uma ética que molda cada acto como o tempo, sem se dar por ele, esculpe a vida, reside o sentido da aplicação rigorosa do direito, que, ao chegar ao destinatário, deve traduzir-se no sentimento de justiça.

Não falo aqui da mera transmissão de testemunho, muito menos de um automático espírito de missão. Não somos atletas do direito, e, certamente, não somos missionários. Trata-se, apenas, de reencontrar a bússola, ou, se preferirem, de reler a Constituição da República. De lembrar que nos cabe dirigirmos o esforço à realização de todos os imperativos do Estado de Direito Democrático, na sua vastidão, na sua plenitude.

Não pretendo fazer um sermão nem construir uma espécie de discurso insolente, esse sim inestético, contrariamente à máxima de Ulpiano. Mas é que me aflige todo este escarcéu inoperante, tanta triste peripécia à luz dos holofotes, tanto desatino. Parece termos chegado a um ponto em que não é só a informação-espectáculo que precisa do sistema de justiça, mas é já o sistema de justiça que precisa do espectáculo informativo. Que se vão alimentando um ao outro (e ambos alimentando quem?) num festim deprimente que ofende os cidadãos.

Também não considero que se devem ignorar os microfones e demais instrumentos amplificadores da acção. O oposto do protagonismo superstar não é o silêncio. A vontade permanente e constante de prosseguir os desígnios da justiça implica, neste momento, a intervenção cívica dos operadores judiciais e não dispensa a transmissão de informação, de acordo com regras e parâmetros previamente

estabelecidos pelas instâncias a quem, legalmente, compete fornecê-la. O que não admite, sob pena de esboroamento das funções exercidas, é que tantos tenham dificuldade em resistir aos holofotes apontados, enredando-se, por inépcia, na promiscuidade entre segredo e revelação, tornando-se presas de uma estratégia alheia.

Por isso me reconforta assistir a intervenções públicas dirigidas ao aprofundamento dos direitos de cidadania e ao modo de pensar o sistema de justiça enquanto garante e propulsor desse aprofundamento.

E também me reconforta pensar nos que diariamente vão exercendo essa função de forma natural, simplesmente abordando cada caso com a vontade persistente de interromper a incerteza e construir o equilíbrio. Imaginar, por exemplo, a minha amiga Amélia a fechar o Código Civil ao fim da tarde (o sol a pôr-se atrás dos muros do EPL), ajeitar o cabelo com as mãos exaustas e pegar nas chaves do carro para ir buscar os filhos à escola. A mão que não carrega as chaves carrega a pasta com o processo da audiência preliminar do dia seguinte. Estudá-lo-á depois de adormecer a filha mais nova e antes de ela própria poder cair de sono.

Os trabalhos da justiça não têm fim, nem são desmaterializáveis. Felizmente.